

BNDES: mais rigor na checagem de antecedentes

Banco de fomento começou a implementar regras mais rígidas para verificação da integridade de funcionários e alto escalão, ao mesmo tempo em que tramita no Congresso lei que autoriza indicações políticas em estatais

RENNAN SETTI

Enquanto tramita no Congresso projeto que quer permitir a volta de indicações políticas nas estatais, o BNDES começa a implementar norma que endurece o processo de verificação da integridade de assessores externos e membros de órgãos do banco e de suas subsidiárias. É o chamado background check (checagem de antecedentes). A nova regra entra em vigor no momento em que o BNDES se prepara para receber novas equipes, com a troca do presidente Dyogo Oliveira por Joaquim Levy no governo Jair Bolsonaro.

Além de assessores externos, a norma vale para cargos de presidente, diretores e membros dos conselhos de administração e fiscal de comitês. Nas últimas semanas, desde que a prática começou a ser adotada, cerca de 25 pessoas já passaram pelo processo. A expectativa é que o número dê um salto com a

transição.

ESCRUTÍNIO DE NOTÍCIAS

Há duas semanas, a Câmara enviou ao Senado projeto de lei sobre agências reguladoras que, entre seus pontos, autoriza indicações de políticos e seus parentes em estatais. A prática foi vedada em 2016 pela Lei das Estatais. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que o projeto é uma tentativa de "desfigurar" a legislação e retirou-o da pauta na última terça-feira.

— Mesmo caso algumas das restrições hoje em vigor sejam retiradas da legislação, a verificação de antecedentes garante que o BNDES seguirá com as precauções previstas em sua política de fortalecimento do compliance (conformidade) —disse Álvaro Freitas, superintendente jurídico do banco.

Além da análise dos requisitos técnicos para a vaga e do currículo do indicado, serão monitoradas notícias sobre ele, a fim de verificar se há risco à imagem do banco. O surgimento de notícias negativas mesmo após a contratação pode levar a nova avaliação.

Cortes de R\$ 6,7 bi

Os processos de desligamentos de funcionários de estatais federais realizados durante o governo Michel Temer proporcionaram economia de R\$ 6,7 bilhões, entre 2016 e 2018, conforme levantamento feito pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento, a pedido do Correio. Nesse período, 42,5 mil trabalhadores aderiram aos Programas de Demissão Voluntária (PDVs), o que contribuiu para a redução do quadro total de empregados a níveis observados em 2010, anterior ao início da gestão de Dilma Rousseff.

“Reduzimos fortemente o quadro (de funcionários) a partir de 2016. Em 2010, eram 498,5 mil e o ápice foi em 2014, com 554,8 mil. Em junho de 2018, chegamos a 505 mil pessoas e vamos soltar os dados de setembro próximos a 500 mil empregados”, antecipou o secretário Fernando Soares, titular da Sest. Conforme dados do Panorama das Estatais, o contingente das 138 estatais federais está em 500,7 mil. “Em dois anos e meio, retiramos quase o total de vagas criadas durante o governo Dilma”, resumiu. Contudo, o técnico reconhece que houve aumento no total de funcionários das estatais dependentes do Tesouro Nacional, que passaram de 66,9 mil, em 2015, para 78,4 mil, em setembro deste



ano. “Esse crescimento ocorreu devido à transferência dos hospitais universitários para a EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares)”, justificou.

Durante o governo Michel Temer, de acordo com os dados da Sest, foram aprovados 30 Programas de Desligamento Voluntário (PDVs) em 24 estatais federais, sendo seis PDVs em 2016, outros 16 em 2017 e oito em 2018. Nesse período, ocorreram 42,5 mil desligamentos, o equivalente a 80% dos 53 mil pessoas do público-alvo estimado. A economia prevista era de R\$ 10,3 bilhões. Logo, os R\$ 6,7 bilhões computados até agora representam 64,6% desse montante. “Não havia uma previsão, apenas a necessidade de redução. Tínhamos uma meta qualitativa. Mas essa necessidade de redução continua”, explicou Soares.

Desafios

O número de estatais voltou a

crescer durante os governos petistas. Conforme levantamento feito pela ONG Contas Abertas, foram criadas 51 empresas entre 2000 e 2016. Em 1940, para se ter uma ideia, havia apenas 36 estatais federais, e elas chegaram ao pico de 382 em 1980. Contudo, antes do governo Lula, em 2000, esse dado tinha caído para 103, devido às privatizações realizadas por Fernando Henrique Cardoso. Em 2016, o total de estatais subiu para 154, mas, desde o início do governo Temer, foram eliminadas dessa lista 16. O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, tem dito que pretende privatizar “o maior número possível” de estatais a partir de 2019.

Na avaliação do secretário-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, o próximo governo precisará focar nas estatais dependentes do Tesouro. São 18 entre as 138 controladas pela União, que custam caro ao país. Ele lembrou que essas companhias, no ano passado, tiveram prejuízo conjunto de R\$ 2,6 bilhões e receberam R\$ 14,6 bilhões de subvenções federais.

“Entre 2009 e 2017, os repasses da União a essas empresas somaram R\$ 78,2 bilhões. Isso é mais ou menos a metade do rombo fiscal do governo (a meta é de déficit primário de até R\$ 159 bilhões), sem contar os aportes de capital que, muitas vezes, foram para socorrer essas





empresas”, destacou Castello Branco. Ele lembrou que, em 2010, as estatais dependentes empregavam 39 mil pessoas, ou seja, praticamente a metade do quadro atual, de 78,4 mil. “Mais de 75% das despesas de 13 empresas dependentes do Tesouro não são cobertas com recursos próprios. Algumas delas podem ser extintas ou virarem um departamento dentro dos ministérios, o que reduziria os custos com conselhos e diretorias”, sugeriu.

“Em dois anos e meio, retiramos quase o total de vagas criadas durante o governo Dilma”

Fernando Soares, secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

»» Balanço

Veja o resultado dos PDVs realizados durante os últimos três anos nas estatais federais

Ano	Público alvo estimado	Economia prevista (em R\$ bilhões)	Desligamentos realizados	Economia efetiva (em R\$ bilhões)
2016	20.479	3,7	17.596	3,4
2017	25.511	4,3	21.774	2,9
2018	11.051	2,3	3.153	0,4
Total	53.041	10,3	42.523	6,7

Fonte: Sest/Ministério do Planejamento.

Evolução do total de funcionários das estatais federais

Ano	Quantidade
2010	497.036
2015	550.112
2016	531.159
2017	504.323
2018	500.730*

*Dado até setembro de 2018

BC manterá Selic em 6,5%

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reúne nesta semana pela última vez do ano para definir a taxa básica de juros (Selic), que deverá permanecer em 6,5% ao ano. O crescimento fraco da economia e a inflação abaixo da meta permitem a manutenção dos juros no menor nível da história, a fim de estimular a atividade, que ainda está fraca. A avaliação geral do mercado é de que a Selic ficará estável até o segundo semestre de 2019, terminando o próximo ano entre 7,5% e 8% anuais.

Na interpretação dos analistas, as principais preocupações são com o cenário externo desafiador para países emergentes e com a concretização de reformas consistentes para destravar a economia, missão que caberá ao governo de Jair Bolsonaro (PSL). Na sexta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou deflação de 0,21%. No acumulado de 12 meses até novembro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cravou 4,05%. O mercado espera que o indicador termine o ano em 3,89%, abaixo do centro da meta, de 4,5% anuais.

O consumo das famílias e os investimentos dos empresários ainda são insuficientes para aquecer a economia, o que limita os impactos inflacionários. A Selic está em 6,5% ao ano desde março deste ano, mas não tem estimulado a economia, porque os juros bancários, que realmente contam para a atividade,

permanecem elevadíssimos. Pela mediana das projeções do mercado, o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá apenas 1,3% em 2018.

Reformas

Na avaliação de analistas, o país precisa passar por uma série de reformas estruturais para alavancar os investimentos e ampliar o emprego e, assim, estimular um crescimento mais robusto do PIB. Eles avaliam que a equipe formada pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, terá condições de implementar as medidas necessárias para melhorar o ambiente de negócios. “Levando em consideração os números da inflação, nós temos um cenário de controle de preços. Esperamos que a nova equipe mantenha essa tendência e consiga reabalar a confiança para mais investimentos, adotando as medidas necessárias para isso”, afirma o economista Thiago Figueredo, analista da Horus GGR.

De acordo com um economista ligado à equipe de Guedes, a confiança dos empresários e dos consumidores deve avançar mais nos próximos anos, mas ainda há muitas incertezas no momento. “Não se sabe como a reforma da Previdência, que vai ditar todas as expectativas daqui para frente, será feita. O mercado ainda espera definição sobre isso”, afirma. Os empresários aguardam soluções rápidas. A vontade de Bolsonaro em fatar a proposta da reforma previdenciária, começando pela definição de idade mínima, não soou bem entre os agentes econômicos. Mesmo assim, os investidores avaliam

que a palavra Guedes “é a que vale”, e aguardam posições mais transparentes sobre as ações que serão adotadas.

As estimativas do mercado para o PIB de 2019 são de alta de 2,5%. Esse patamar não será suficiente para melhorar significativamente os níveis atuais de desemprego, que atinge 12,3 milhões de pessoas. De acordo com o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fábio Bentes, a atividade fraca e a inflação dentro da meta darão condições para um nível menor da Selic. “Não vejo nenhum choque visível à frente que possa mudar a direção da inflação e dos juros. Não temos nenhuma pressão de demanda interna. Além disso, o dólar pode cair em 2019 com a venda de ativos (privatizações) e o acordo de cessão onerosa envolvendo o governo e a Petrobras”, afirma. Ele alerta para o risco da alta de juros nos Estados Unidos, por exemplo. “O PIB mundial deve ser menor, impactando todos os países. Para o Brasil, isso é bom, pois evita a fuga de capitais”, explica.

O economista Pedro Coelho Afonso está mais pessimista. “No Brasil, temos um grande problema em achar que a alta dos juros no mercado externo poderá inibir os investimentos estrangeiros no país. Tenho certeza de que será um jogo perverso, porque as próximas reuniões do Copom terão uma influência dos fatores internacionais muito grande”, defende. A primeira reunião do Comitê em 2019 será entre os dias 5 e 6 de fevereiro.





Olhando para a frente

O Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne, pela última vez em 2018, para definir a taxa Selic, que deve permanecer em 6,5% ao ano.

Reforço na economia

A manutenção dos juros é consenso no mercado, uma vez que a inflação está baixa e atividade econômica, fraca. Para analistas, a Selic precisa ficar em patamar que estimule a economia.

Projeções de economistas para o fim de 2019

Inflação	4,11%
PIB	2,53%
Dólar	R\$ 3,80
Taxa Selic	7,75% ao ano

Desafios no radar

Ainda preocupa a forma como será implementada a reforma da Previdência. A intenção do presidente eleito, Jair Bolsonaro, de fatiar a proposta não é totalmente aceita. Enviar um novo projeto também gera incertezas, por conta do prazo maior para implementação.

Preços controlados

O índice de inflação se mostra comportado e deve ficar bem abaixo do centro da meta do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,5%. A expectativa dos analistas ouvidos pelo Banco Central é de 3,89% neste ano.

Esforço para crescer

A atividade econômica é fraca. O Produto Interno Bruto (PIB) deve aumentar apenas 1,3% em 2018, segundo analistas.

Expectativa de mudanças

Para 2019, os economistas trabalham com um cenário de juros mais altos. Apesar disso, a depender da agenda de reformas prometidas pela equipe econômica do governo eleito, é possível que a Selic se mantenha em 6,5% ao ano até 2020.